

**Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

**Departamento de Direito Processual**

**DPC 430 – Recursos – Professor Ricardo de Barros Leonel**

**2º SEMINÁRIO**

Questões.

- 1) “A” ajuíza demanda deduzindo pedido de anulação de cláusula contratual que prevê cobrança de comissão de corretagem em negócio imobiliário. Diante da sentença de improcedência apela. O acórdão nega provimento ao recurso, iniciando-se execução da cláusula contratual contra o autor, em outro processo, tendo em vista que o contrato preenche os requisitos de título executivo extrajudicial. “A” interpõe recurso especial. Diante da ilegalidade verificada, impetra ele mandado de segurança com a finalidade de conferir efeito suspensivo ao recurso especial, obstando a execução do contrato. Comente tal situação.
- 2) A vedação de nomeação de parentes para cargos em comissão (sem concurso) foi definida em súmula vinculante do STF (súmula 13). O Ministério Público propôs ação civil pública impugnando algumas nomeações no Município. A sentença julgou a ação improcedente, sendo confirmada em acórdão do Tribunal de Justiça. Qual a forma apropriada de impugnar aludido acórdão? Justifique sua resposta.
- 3) Pode a Câmara ou Turma julgadora no Tribunal de Justiça ou no Tribunal Regional Federal ou mesmo no STJ declarar a inconstitucionalidade de lei quando do julgamento de recurso ou ação originária? Em outros termos, qual o procedimento e quórum a ser observado para fins de declaração incidental da inconstitucionalidade de lei? Justifique.
- 4) Ao examinar a petição inicial, o juiz indeferiu-a, alegando que o autor era parte ilegítima para a propositura da demanda. O autor apelou, mas a sentença foi confirmada no tribunal. Diante do trânsito em julgado da decisão, e estando convicto o autor do seu equívoco, pretende ele novamente submeter sua pretensão ao Poder Judiciário, especialmente considerando que não foi julgado o mérito do pedido. Como poderá proceder para tanto? Justifique.
- 5) Tendo em vista que um dos pedidos formulados pelo autor não foi contestado, o juiz, ao sanear o processo e deferir provas, julgou procedente o pedido não contestado. Como não houve recurso contra tal decisão, ela se torna definitiva. Como poderá o réu, diante desta situação, promover a revisão do referido julgado? Justifique.

- 6) Em ação civil pública foi concedida liminar para fins de antecipação dos efeitos da tutela pleiteada pela associação do meio ambiente autora. Trata-se de proibição de início de obra importante para o sistema viário do Município. Como poderá a Municipalidade impugnar tal decisão?